

Economia - Brasil

O que deu certo em 1999

Está confirmado pelo IBGE: a economia brasileira teve em 1999 um desempenho bem melhor que o previsto no início do ano. O Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 0,82%, contrariando projeções iniciais que apontavam para uma contração de 4% e até mais. A grande pergunta, agora, é se a atividade econômica irá tão bem, no ano 2000, quanto o governo tem estimado. Muitos especialistas calculam para o ano um crescimento abaixo de 3%. As indicações oficiais vão de 3,2% (Banco Central) a 4% (número corrente no primeiro escalão do Executivo).

O funcionário do IBGE responsável pelo cálculo do PIB, o economista Roberto Olinto, também mostra alguma dúvida quanto à expansão de 4%: um crescimento como esse dependerá tanto de exportações muito vigorosas quanto de uma boa redução dos juros — que vai depender dos indicadores de inflação.

Por enquanto, o BC tem sido cauteloso na administração dos juros. E tudo indica que manterá essa política enquanto as pressões inflacionárias não estiverem nitidamente enfraquecidas. Apesar de algumas dúvidas, no entanto, empresários e analistas, de modo ge-

ral, manifestam razoável otimismo, diante de um cenário, interno e externo, muito mais animador que o da passagem de 1998 para 1999.

A desvalorização cambial acabou produzindo, no ano passado, pouca inflação. Muita gente imaginou, logo depois da mudança cambial, assistir no Brasil a uma reedição da experiência mexicana de 1995. Essas pessoas erraram duplamente.

Para começar, a desvalorização afetou limitadamente os preços finais, porque a economia já estava desaquecida e o BC manejou com muita energia e competência a política monetária. O rápido acordo com o Fundo Monetário Internacional e com os principais credores também ajudou a sustentar alguma confiança no País, fortalecida mais tarde com a evolução das contas fiscais. Depois, o País atravessou a turbulência sem crise no sistema financeiro e sem grandes perdas de patrimônio.

O setor bancário estava razoavelmente

ajustado e as empresas e famílias, de modo geral, estavam pouco endividadas. Esta foi outra diferença em relação à experiência mexicana e à de alguns países da Ásia. Este fator facilitou o início de reativação no segundo semestre.

Essa reativação teria sido impossível, naturalmente, sem a melhora das contas externas, resultante da redução de importações e da manutenção de um robusto fluxo de investimentos diretos. Para um país recém-saído de uma crise cambial, a atração de recursos estrangeiros foi extraordinária.

A recuperação teria sido mais fácil, no ano passado, se o País tivesse atravessado o segundo semestre sem dois problemas. Um deles foi a pressão inflacionária causada pelos aumentos de preços de combustíveis e de tarifas de serviços públicos. O outro problema foi a pressão cambial, especialmente em agosto e outubro. Essa pressão resultou da combinação de vários fatores — concentração de vencimentos de compromissos, desempenho me-

diocre das exportações, insegurança política e o próprio recrudescimento da inflação.

As tensões foram superadas antes do fim do ano e isso se refletiu na acomodação do câmbio. O ano 2000 começou com o barômetro bem mais alto. Os primeiros levantamentos, divulgados há poucos dias, indicam expansão dos investimentos projetados pelas empresas. Se confirmados, poderão dar su-

A pergunta, agora, é se o ano será tão bom quanto o governo tem projetado

porte a um crescimento duradouro. Apesar da resistência de governadores e outros políticos, há perspectiva de avanços na modernização fiscal, outra condição indispensável à expansão da economia. O cenário externo, de modo geral, parece mais favorável que o dos últimos três anos. As exportações deram sinal de melhora no segundo semestre de 1999. Falta verificar se essa é realmente uma nova tendência. O governo deveria dar a máxima atenção a esse ponto.

crescimento duradouro. Apesar da resistência de governadores e outros políticos, há perspectiva de avanços na modernização fiscal, outra con-